


Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIII • Nº 81

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 26 de maio de 2006



RINALDO MARQUES

ALERTA - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher analisou estudo com preocupação

Título de Cidadão

FERNANDO SILVA



O engenheiro agrônomo Kenichi Iwata, nascido em Nagano-ken, no Japão, é o mais novo cidadão pernambucano. A comenda, proposta pelo deputado Antônio Moraes (PSDB), foi entregue ontem, em reunião presidida pelo deputado Sebastião Rufino (PFL). "Com os operosos japoneses, setores como agricultura, avicultura, floricultura e o comércio foram beneficiados. A imigração tomou impulso com a instalação do Consulado Geral do Japão no Recife", declarou o pefelista. Kenichi chegou ao Recife em 1959, sendo um dos pioneiros da imigração daquele País para o Estado. Hoje, Pernambuco conta com uma comunidade de 600 japoneses. "A homenagem é um testemunho de admiração e respeito do Poder Legislativo ao dinâmico trabalho efetuado por Iwata em prol do desenvolvimento do Estado", ponderou Moraes. Agradecido, o homenageado lembrou que, no início, a adaptação cultural e alimentar foi difícil, principalmente para o mais idosos. "Mas, pouco a pouco, fomos nos engajando nas tradições, aprendendo e conquistando a amizade e confiança deste grande povo", declarou.

Exploração sexual vitima mulheres mais pobres

No Nordeste, 40% têm menos de 30 anos

Dados da pesquisa sobre o tráfico de seres humanos para fins sexuais foram apresentados, ontem, em audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe. De acordo com o relatório do Centro das Mulheres do Cabo, 40% das mulheres aliciadas no Nordeste estão entre 20 e 30 anos, não tem estabilidade financeira nem familiar. A coordenadora da ONG, Sílvia Cordeiro, informou que 96% dos entrevistados reafirmam que existe tráfico em Pernambuco.

O levantamento foi feito junto a profissionais de turismo nas cidades de Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Natal e Recife, no final do ano passado. Em busca de uma melhor qualidade de vida, elas são atraídas pelas ofertas de aliciadores e acabam sendo escravizadas e exploradas sexualmente. Para Sílvia Cordeiro, "é preciso ampliar o acesso da sociedade à informação, realizar campanhas preventivas nas escolas e sensibilizar turistas e profissionais da rede hoteleira".

A representante do Coletivo Mulher Vida, Adriana Duarte, acredita que o tráfico de seres humanos também pode estar relacionado à violência doméstica e à falta de políticas públicas. Ela disse que, dos 930 municípios brasileiros que têm crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos e sexuais dentro da

Saiba mais sobre o tráfico

1 - Qual a extensão do problema?

A Organização Internacional do Trabalho estima em cerca de 2,4 milhões o número de pessoas no mundo que foram traficadas para serem submetidas a trabalhos forçados - 43% dessas vítimas são subjugadas para a exploração sexual.

2- Como é a situação no Brasil?

No País, o tráfico para fins sexuais é, predominantemente, de mulheres e adolescentes, afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos.

3 - O que fazer para ajudar a combater ao tráfico?

Se você suspeitar que alguém possa estar cometendo esse crime e aliciando vítimas, denuncie. Ligue para a Polícia Federal. (0xx61) 3118705 ou 3118270

Fonte: Secretaria Internacional do Trabalho

própria casa, mais de 200 localizam-se no Nordeste. Em Pernambuco, 70 cidades estão envolvidas.

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Jacilda Urquiza (PMDB), anunciou que o colegiado irá procurar os órgãos competentes no sentido de adotar medidas para reduzir o problema. "É necessário o cumprimento das leis", frisou.

A vice-presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), salientou que o tráfico de pessoas é considerado um dos crimes mais lucrativos do País, perdendo apenas para o comércio ilegal de entorpecentes. As deputadas Ana Cavalcanti (PP), Ceça Ribeiro (PSB), representantes da Casa da Mulher do Nordeste e o delegado Belmiro Freire participaram da audiência.

PLENÁRIO - À tarde, Jacilda

Urquiza voltou a registrar a importância da realização do evento. De acordo com a parlamentar, os dados apresentados revelam as proporções do problema nos Estados do Nordeste.

"A exploração sexual e o tráfico de seres humanos precisam ser combatidos e deve haver maior fiscalização do poder público, pois a legislação vigente é ultrapassada. A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta o Brasil como um dos maiores fornecedores de mulheres para exploração sexual", lamentou Jacilda.

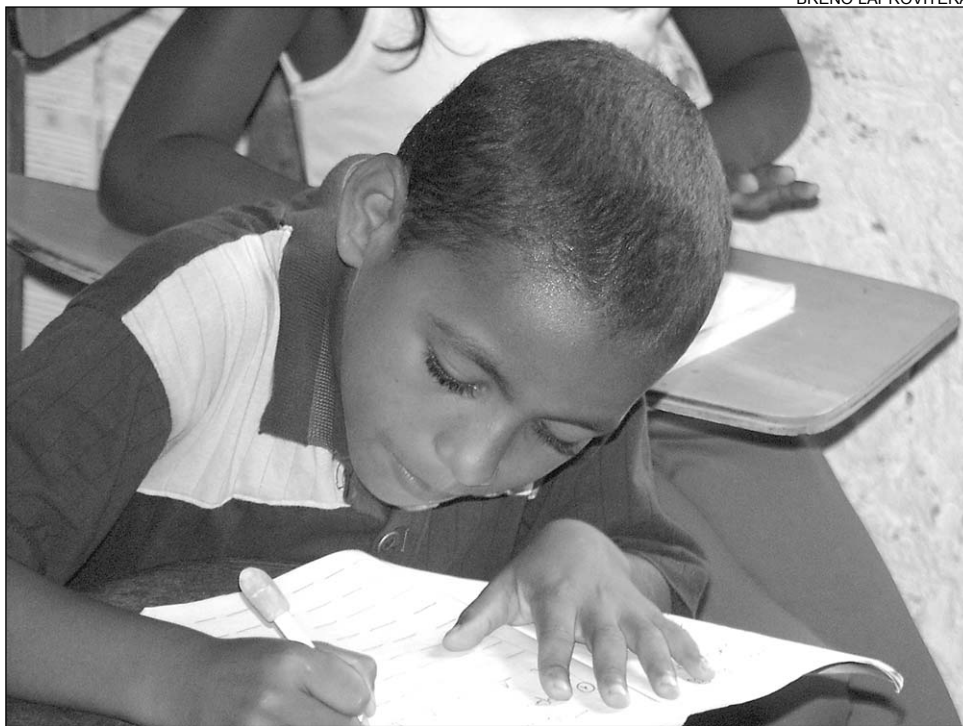
Em aparte, Ana Cavalcanti ressaltou a necessidade de mudar as legislações estaduais a fim de combater com mais eficiência esse tipo de crime. "Também é importante envolver o turismo e a rede hoteleira no enfrentamento do problema", destacou a deputada.

Alepe promove fórum de educação

Implementação do Fundeb será motivo do debate

Será realizado, no próximo dia 9 de junho, na Câmara dos Vereadores do município de Caruaru, o II Fórum Regional da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O objetivo do encontro, que tem o apoio da Escola do Legislativo (Elepe), é discutir o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Trabalhadores na Educação (Fundeb). A iniciativa do Governo Federal substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), ampliando, assim, os recursos para os Ensinos Infantil, Básico e Médio.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado Roberto Liberato (PFL), a expectativa é que o encontro reúna cerca de 200 profissionais da educação. "Estudantes universitários,



BÁSICO - Mais alunos vão ser beneficiados com a iniciativa do Governo Federal

professores, diretores de escolas e representantes das Secretarias de Educação Municipais e de Gerências Regionais de Educação (Gere) devem participar do Fórum, que vai apresentar mecanismos de aplicação

das verbas para a melhoria da qualidade do ensino público", explicou.

As inscrições para o Fórum devem ser realizadas no dia da abertura do evento. Na programação, haverá a apresentação do Coral Vo-

zes de Pernambuco e uma palestra, ministrada pela vice-presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT). Segundo o pefelista, o Senado deve discutir o Fundeb dentro dos próximos 15 dias.

Política

Partido Democrático Trabalhista comemora 26 anos

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) comemora, no próximo dia 26 de junho, 26 anos de fundação. Fruto do encontro dos trabalhistas no Brasil com os trabalhistas no exílio, a legenda nasceu com o objetivo de criar um novo trabalhismo que proporcionasse uma sociedade socialista e democrática.

Para o deputado José Queiroz (PDT), a história do partido determina "a origem e a trajetória do trabalhismo no País". O pedetista destacou o perfil nacionalista da legenda, ressaltando princípios éticos

e de compromisso com a população. "A postura do PDT se reflete na atual situação política do Brasil, em que a legenda saiu incólume à crise moral e ética que assola o Congresso Nacional", destacou.

Queiroz também lembrou a importância do ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola na formação do PDT. "O compromisso com o trabalho e a construção de propostas que a sociedade acredita são legados do grande homem que foi Leonel Brizola".



ATUAÇÃO - José Queiroz citou trajetória de Leonel Brizola

Toritama

Liberato destaca Festival do Jeans

O "grande sucesso" do Festival do Jeans de Toritama foi comemorado pelo deputado Roberto Liberato (PFL). A feira começou no último dia 21 e termina amanhã (27), com estimativa de público de mais de 300 mil pessoas. O pefelista parabenizou os empresários envolvidos na fabricação do tecido e elogiou o crescimento do Pólo de Confeccões do Estado.

Liberato assinalou que, há 30 anos, Toritama era pouco conhecida e se tornou um dos maiores fabricantes de jeans do Brasil. Segundo o pefelista, a cidade recebe se-

manalmente 40 mil compradores e a maioria da população, formada por 25 mil habitantes, trabalha com o jeans índigo blue. "A Capital do Jeans mantém 26 mil empregos diretos e é considerado o segundo maior pólo de tecido no País, atrás apenas da região do Brás, em São Paulo", ressaltou.

Sessenta empresas montaram estandes no Festival do Jeans e ocupam 6.000 metros quadrados de área do Parque das Feiras. De acordo com o deputado, o evento pretende consolidar Toritama como produtora de alto padrão e com vocação para agradar o consumidor. "Este ano, a novidade é a Feira da Pronta Entrega, que visa atender diretamente o cliente, tanto no atacado como no varejo", acrescentou. A feira é promovida pela Associação Comercial e Industrial de Toritama (Acit), com apoio do Governo do Estado, Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Caixa Econômica Federal, Chesf, Sebrae, Canatiba Têxtil e Santana Têxtil.



DADO - 40 mil compradores

Timbaúba

Moraes cobra segurança

O aumento da criminalidade em Timbaúba, nos últimos meses, tem preocupado o deputado Antônio Moraes (PSDB). O parlamentar relatou os resultados da audiência que teve, na semana passada, com o governador Mendonça Filho (PFL) para tentar solucionar o problema. A reunião contou com a presença do prefeito da cidade, Antônio Galvão (PMDB), da presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Timbaúba, Risalva Brandão, empresários e vereadores.

"Ontem, ficou acertado com o secretário de Defesa Social, Rodney Miranda, que haveria uma intervenção dura contra os criminosos por meio da Rocam", anunciou.

O deputado afirmou que os criminosos cometem as-

salto no município, localizado na Zona da Mata Norte, e fazem barreiras nas estradas para saquear os cidadãos em trânsito.

Segundo Moraes, a Polícia Civil vai designar um delegado especial para a cidade, a fim de acelerar o andamento dos processos. "Sei que em Timbaúba há um delegado bastante competente, mas, infelizmente, existe pouco efetivo para controlar a violência", assinalou. O deputado acrescentou que o Governo também autorizou a contratação de policiais militares e civis para o patrulhamento da região. "Alguns deles serão designados para atuar na Guarda Patrimonial e, com isso, mais agentes de segurança ficarão liberados para ir às ruas proteger a população", explicou.

Decisão do TSE recebe apoio

Minirreforma vai vigorar na eleição deste ano

Parlamentares comemoraram, ontem, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de implantar, ainda este ano, a minirreforma eleitoral. Em pronunciamento, o deputado Ettore Labanca (PMN) parabenizou a iniciativa e sugeriu que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) informe a população sobre as mudanças, por meio de propaganda na mídia. "Os eleitores ainda não têm conhecimento das novas normas, que proíbem, entre outros pontos, a distribuição de brindes, como camisetas, bonés e cesta-básica, e a realização de showmícios durante a campanha eleitoral", frisou.

O presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), disse que o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, poderá orientar a respeito do assunto, pois ele estará na Assembléia, na próxima segunda-feira, para receber o Título de Cidadão de Pernambuco.

Em apartes, os deputados Néelson Pereira (PCdoB), os petistas Roberto Leandro e Sérgio Leite, Antônio Moraes (PSDB), Jacilda Urqui-



FERNANDO SILVA

EQUILÍBRIO - Labanca disse que concorrência será justa

sa (PMDB), Sebastião Rufino (PFL) e Ana Cavalcanti (PP) alegaram que a medida vai tornar a disputa eleitoral mais democrática e igualitária. "Os eleitores precisam saber de quem os políticos estão recebendo doações para avaliar qual é o seu compromisso", defendeu Pereira. "Não é a reforma ideal, mas representa um passo significativo para o País", argumentou Leandro.

Para Moraes, o TSE agiu com prudência e inteligência, e é importante, a partir de agora, não permitir que se burle a legislação.

"A medida vai dar mais transparência ao processo e o eleitor poderá escolher seu candidato com mais tranquilidade", disse Leite. De acordo com Rufino, os candidatos que não tinham recursos ficavam em desvantagem. "A forma como a campanha era feita tornava a concorrência desleal", avaliou Jacilda. "Este ano, vai valer o voto da competência", observou Ana.

As mediadas foram aprovadas pelo Congresso Nacional para diminuir os gastos com campanhas e evitar, entre outras coisas, o caixa dois.

Itacuruba

Concursados aguardam nomeação

Cerca de 700 concursados, aprovados em outubro de 2003 para vagas na Prefeitura de Itacuruba, no Sertão, ainda não assumiram os cargos. O fato foi denunciado pelo deputado Néelson Pereira (PCdoB). Segundo o comunista, na época, o prefeito Ialter Cantarelli (PFL) afirmou que o concurso era necessário devido à grande carência de servidores, o que comprometia a prestação de serviços básicos. "Atualmente, a Prefeitura vem realizando contratos temporários em detrimento da convocação dos aprovados no concurso público" lamentou.

Néelson afirmou que tanto o antigo prefeito quanto o atual, Romero Magalhães (PPS), estariam desrespeitando a Constitui-



FERNANDO SILVA

DENÚNCIA - Néelson Pereira defendeu os 700 aprovados

ção Federal, criando um "cabide de empregos". "É um total descaso com as pessoas que dedicaram esforço pessoal e financeiro para ingressarem no serviço público", criticou.

Os concursados forma-

ram uma comissão que acionou o Ministério Público, a fim de assegurar as contratações. "Este grupo deverá levar o caso à Justiça, que, em situações semelhantes, garantiu o direito à nomeação", destacou o comunista.

Cidadania

Leandro faz críticas ao Banco do Brasil

A política adotada pelo Banco do Brasil obrigando os funcionários a vender produtos bancários para atingir metas preestabelecidas foi denunciada, ontem, no Legislativo. A medida está em vigor em Pernambuco e em outros Estados do País. "O sindicato da categoria não concorda com as pressões. Alguns funcionários são obrigados a burlar a folha de ponto para permanecer mais tempo nas agências e vender parte das férias. As ameaças e pressões são constantes e

têm comprometido a saúde dos trabalhadores, que são expostos ao estresse e ao assédio moral", lamentou o deputado Roberto Leandro (PT), durante pronunciamento.

O petista enfatizou que os empregados são obrigados a cumprir metas praticamente inatingíveis, como a venda de seguros e planos de previdência privada. "Quem se opõe a seguir as recomendações é ameaçado de perder as funções que ocupam. Muitas vezes, eles têm que convencer amigos

e parentes a comprar os produtos oferecidos pelo banco", informou, acrescentando que a categoria está se referindo à instituição financeira como "fábrica de doentes".

De acordo com o parlamentar, a Federação dos Bancários está acionando judicialmente a Superintendência do Banco do Brasil, em Brasília, e o fato será comunicado à direção geral do banco e à Presidência da República. Leandro ainda cobrou a contratação dos aprovados no último concurso da instituição.

Em aparte, os deputados Roberto Liberato (PFL) e Ana Cavalcanti (PP) foram solidários ao pronunciamento do petista. "O banco precisa mudar a atitude para não prejudicar ainda mais seus funcionários. O debate desse assunto, aqui na Assembléia, deve chegar ao conhecimento dos patrões", enfatizou Liberato. Para Ana, "a instituição deve refletir seriamente sobre o problema, pois ela tem uma história importante de contribuição social e deve zelar por isso".



FERNANDO SILVA

METAS - Funcionários são obrigados a vender produtos

Qualidade

Colégio da PM completa 40 anos

Os 40 anos do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco foram destacados pelo deputado Sebastião Rufino (PFL). De acordo com o parlamentar, a data foi comemorada, ontem, no Teatro da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). "Na solenidade tivemos a oportunidade de assistir à promoção de vários alunos da instituição a tenente-coronel, major, capitão e tenente", disse, informando que o coronel Paulo Roberto de Sousa é o novo diretor do colégio. "Oficial competente, que tem formação professoral e vai fazer uma grande administração", parabenizou.

O parlamentar informou que, no ano passado, a entidade obteve o primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o

quarto no Brasil. "A entidade merece todos os aplausos. Durante esses 40 anos, formou novas gerações", observou, alegando que diversos profissionais civis e militares que atuam no Estado foram alunos do colégio.

Rufino citou vários nomes de diretores que passaram pela escola, como Severino Ramos de Oliveira, disse que, atualmente, a unidade só aceita filhos de militares e também saudou o comandante-geral da Polícia Militar, Cláudio Silva.



FERNANDO SILVA

QUALIDADE - Rufino parabenizou trabalho desenvolvido

Ata

ATA DA QUÍNGUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2006.

Presidência do excelentíssimo senhor deputado Romário Dias.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio do ano de 2006 (dois mil e seis), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos deputados: Ademo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Betinho Gomes, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Izaias Régis, Jacida Urquiza, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Maviael Cavalcanti, Nelson Pereira, Raul Henry, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os deputados: Ana Rodovalho, Augusto Coutinho, Bruno Rodrigues, Fernando Lupa, Isaltino Nascimento, Pedro Eurico e Sílvio Costa. Constatando o quorum regimental, o senhor presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo secretários os deputados João Negromonte e Guilherme Uchôa. Lidas são aprovadas as atas das reuniões anteriores. Em seguida, o senhor presidente concede a palavra ao Primeiro secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o senhor presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o deputado Antônio Figueirôa para comentar a ida do governador do Estado na próxima sexta-feira ao município de Santa Cruz do Capibaribe, onde irá assinar ordem de serviços que alavancará a economia daquela região. Segue-se na tribuna a deputada Dilma Lins que em breves palavras vem demonstrar preocupação com a crise que mergulhou a Valexport em Petrolina. Com a palavra o deputado Antônio Moraes para em sua oratória externar surpresa com a manifestação de agricultores do município de Petrolina que fizeram manifestação em diversos pontos da cidade, reivindicando do governo federal melhorias para o setor agrícola da citada região. Finalizando, apela à secretária da Fazenda isenção de imposto para os produtores de mel de Pernambuco. Logo após, usa a tribuna o deputado Roberto Liberato que vem falar das ações do governo Mendonça Filho no sentido de coibir a violência em Pernambuco. Concluindo, apela às autoridades no sentido de melhorar o abastecimento d'água do município de Frei Miguelinho. Em seguida, com a palavra a deputada Ceça Ribeiro para cobrar providências do governo do Estado no sentido de sanar o grave problema de roubo de gado na região da Mata Norte de Pernambuco. Fazendo uso da palavra, o senhor presidente registra a presença nas dependências da Casa Joaquim Nabuco do corpo discente e docente do Educandário São José, situado no município de Ribeirão. Prosseguindo, ocupa a tribuna a deputada Teresa Leitão para em seu discurso saudar a presença dos alunos e professores do Educandário São José presentes nas galerias da Assembleia Legislativa. Ao final, vem prestar solidariedade aos professores da rede municipal da cidade dos Palmares que se encontram em greve por melhores salários e condições de trabalho. Finalmente usa da palavra o deputado Nelson Pereira, último orador inscrito, que mais uma vez vem demonstrar grande preocupação com os conflitos agrários brasileiros, cobrando das autoridades soluções imediatas para o referido problema. Anunciado o Grande Expediente, usa a tribuna o deputado Geraldo Coelho que em longo pronunciamento vem discorrer acerca das ações da Comissão de Educação da Casa Joaquim Nabuco que tem como pilar expandir o processo educacional no Estado de Pernambuco. O orador foi apertado pelos deputados: Roberto Liberato e Sebastião Rufino. Por último, com a palavra o deputado Roberto Leandro para inicialmente dar as boas-vindas aos estudantes do Educandário São José presentes nas galerias deste Poder. Finalizando, vem repercutir sobre a pesquisa CNT/Sensus que aponta o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva vencendo as eleições para presidente da República no primeiro turno. O orador foi apertado pelo deputado Geraldo Coelho. Encerrado o Grande Expediente, o senhor presidente passa à Ordem do Dia. Em votação são aprovados em única discussão os Pareceres nºs 6257/2006, 6258/2006 e 6259/2006, da Décima Quinta Comissão, que oferecem redação final aos Projetos de Lei Ordinária nºs 1281/2006, 1286/2006 e 1294/2006. Submetidos ao Plenário são aprovados em segunda discussão os Projetos de Lei Ordinária e Substitutos, respectivamente, nºs 1259/2006, 1275/2006, 1283/2006, 1285/2006; 01/2005 ao Projeto de Lei Ordinária nº 885/2005; 1070/2005, 1138/2005; 01/2006 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1145/2005; e 1149/2005. Em votação são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 5466/2006 a 5469/2006, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 3981/2006 a 3987/2006. Esgotada a pauta, o senhor presidente despacha a publicação as Indicações nºs 5500/2006 a 5514/2006 de autoria dos deputados: Nelson Pereira, Antônio Moraes, Alf, João Fernando Coutinho, Geraldo Coelho e Dilma Lins e, os Requerimentos nºs 4004/2006 a 4010/2006 da lavra dos deputados: Ana Cavalcanti, João Fernando Coutinho, Augusto Coutinho, Ciro Coelho e Izaias Régis, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo deputado Ciro Coelho, voto de pesar pelo falecimento do empresário Paulino Domingos Marques Romeira de Sá Ferreira. Pelo deputado Augusto Coutinho, voto de congratulações em homenagem aos quarenta anos da Feira de Arte e Artesanato de Boa Viagem. Pela deputada Ana Cavalcanti, voto de aplauso às servidoras Maria do Socorro Vilaça, Maria das Graças Vasconcelos e Cássia Villarim pela atuação participativa e importante durante a Décima Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), de dezenove a vinte e dois de maio do corrente ano, na cidade de Manaus. Pelo deputado Izaias Régis, votos de aplausos ao comandante do Nono Batalhão da Polícia Militar em Garanhuns e ao delegado da Delegacia Regional de Garanhuns, pelos relevantes trabalhos prestados durante a Garanheta dois mil e seis, no referido município. Pela deputada Dilma Lins, apelo ao senhor presidente da República, no sentido de implementar políticas públicas para as culturas irrigadas do Vale do São Francisco, no município de Petrolina. Pelo deputado Geraldo Coelho, apelo ao senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no sentido de que seja criada uma Comarca no município de Lagoa Grande. Pelo deputado João Fernando Coutinho, doze proposições: da primeira à décima, apelos aos senhores: presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e ao coordenador do Programa Luz Para Todos no sentido de providenciarem a eletrificação rural das seguintes Escolas: Manoel A. do Nascimento, Manoel Inácio de Melo, Antônio Almeida, Manoel Porfírio dos Santos, Manoel Soares de Souza, Ana Maria, Durval de Farias, Francisco Onofre, General Arthur Costa e Silva e Guilherme de Almeida, e nos Sítios: Riachão da Primavera, Quina-Quina, Una dos Cordeiro, Cachoeira, Lagoa do Almeida, Baixa, Feijão, Riacho das Furnas, Una da Cajarana e Sodrê, todos no município de São Bento do Una; a décima primeira e a décima segunda, votos de aplausos a todos que fazem parte da Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Área da Caatinga pela excelente atuação no interior do Estado; e ao escritor Juarez Correia pela organização no lançamento do livro "Outros poemas e inéditos", de Ascenso Ferreira. Pelo deputado Alf, apelo ao senhor presidente da Telemar no sentido de que seja instalado um telefone público na Rua São Pedro da Aldeia, no Loteamento Santa Maria, em Camaragibe. Pelo deputado Antônio Moraes, apelo aos senhores: governador do Estado, secretário de Defesa Social e ao chefe de Polícia Civil, no sentido de destinarem mais uma viatura policial para a Delegacia municipal do Carpina. Pelo deputado Nelson Pereira, apelo ao senhor presidente da Telemar no sentido de que seja instalado um telefone público na Rua Quarta Travessa da Rua Imperial, Loteamento São João e São Paulo, no Bairro Capibaribe, em São Lourenço da Mata. Pelo deputado Geraldo Coelho, requerimento solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 1308/2006. Em seguida, o senhor presidente encaminha a Primeira, Segunda, Terceira, Quinta Comissões e à Mesa Diretora as seguintes proposições: Projetos de Lei Ordinária e de Resolução, respectivamente, nºs 1319/2006 de iniciativa do deputado Roberto Leandro; 1320/2006 de autoria do deputado Augusto Coutinho; e 1321/2006 da lavra do deputado Guilherme Uchôa. (O Projeto de Lei Ordinária nº 1318/2006 oriundo do Poder Executivo foi despachado no Expediente da presente reunião, onde consta o respectivo resumo e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os deputados: Bruno Araújo, João Fernando Coutinho, Pastor Cleiton Collins e Raimundo Pimentel. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

Expediente

QUÍNGUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2006.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 6266 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1264, juntamente com Emenda Modificativa nº 01.
A Imprimir.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca; **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral**, Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral**, Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa**, Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa**, Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos**, Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica**, Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira**, Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial**, Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional**, Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa**, Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo**, Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditagem**, Delzuita Alves Viero (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social**, Ana Lúcia Lins (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa**, Cláudia Lucena; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários**: Bruno Lins, Diego Gouveia, Isabelle Barros, Rodrigo Guedes e Zanoni Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail**: dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

PARECERES NºS 6267, 6268, 6269, 6270, 6271 E 6272 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1276, 1278, 1295, 1296, 1297 e 1302.
A Imprimir.

PARECER Nº 6273 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1264.
A Imprimir.

PARECER Nº 6274 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 1264.
A Imprimir.

PARECER Nº 6275 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto nº 885.
A Imprimir.

PARECERES NºS 6276, 6277, 6279, 6280, 6281, 6282 E 6283 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 1070, 1138, 1149, 1259, 1275, 1283 e 1285.
A Imprimir.

PARECER Nº 6278 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto nº 1145.
A Imprimir.

OFÍCIOS NºS 14 E 15 - DO PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando em devolução os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 13.023 de 19.05.2006, 13.024 de 22.05.2006, 13.025 e 13.026, ambas de 23.05.2006.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 235 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando, em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 981/2005.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 4074 - DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO prestando esclarecimento acerca do requerimento nº 3852, do Deputado Antônio Figueirôa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 796 - DO CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DA CULTURA prestando esclarecimento acerca da indicação nº 5326/2006, do Deputado Antônio Figueirôa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

REQUERIMENTOS - DOS DEPUTADOS AUGUSTO COUTINHO E DILMA LINS solicitando dispensa da reunião plenária do dia 25 de maio de 2006.
À Publicação.

Ofícios

OFÍCIO TCGP Nº 0206/2006

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Assembleia Legislativa, em conformidade com o art. 20 da Constituição do Estado de Pernambuco e com o art. 2º, inciso XXI, alíneas b e c, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, o anexo Projeto de Lei que tem por objetivo fixar o subsídio dos membros do Ministério Público de Contas criado pela Lei Estadual nº 10.651/91, alterado pela Lei Estadual nº 12.600/04, capítulo III, seção I, subseção I, art. 113, bem como estender ao Procurador Geral do Ministério Público de Contas a parcela indenizatória prevista na Lei Complementar Estadual nº 12, de 27.12.1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco.

Historicamente, sempre houve correspondência entre a remuneração dos membros do Ministério Público Estadual e do Ministério Público de Contas, correspondência essa plenamente justificável face à semelhança de atribuições, o que levou, inclusive, a Constituição Federal a garantir a estes os mesmos direitos, vedações e forma de investidura aplicáveis àqueles, conforme dispõe o art. 130. Nesse diapasão, os valores propostos para os subsídios dos membros do Ministério Público de Contas costumavam guardar consonância com os subsídios propostos na lei de iniciativa do Ministério Público Estadual.

Registre-se, por oportuno, que, após o advento da Lei nº 12.906, de 21 de outubro de 2005, houve uma ruptura do paradigma histórico existente entre os subsídios do Ministério Público do Estado de Pernambuco e o Ministério Público de Contas. A referida Lei reajustou os subsídios dos membros do MPPE a partir de 01 de junho de 2005, enquanto que os membros do MPCO continuaram com os mesmos subsídios vigentes desde 2004, situação que ainda persiste. Dito incremento não foi aplicado aos membros do MPCO, em razão da limitação imposta pelo parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Resalte-se que mesmo após a implementação das alterações ora propostas, este Tribunal permanecerá cumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não atingindo o limite prudencial. Destaque-se, ainda, que os valores propostos estão de acordo com o limite disposto no art. 37, XI da Constituição Federal vigente. Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

TRIBUNAL DE CONTAS, em 25 de maio de 2006.

Conselheiro ROMEU DA FONTE
Presidente

Exmo. Sr.
Deputado RAIMUNDO PIMENTEL
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, em exercício
Rua da Aurora, 631 - Boa Vista
RECIFE - PE 50.050-000

Projeto de Lei Ordinária Nº 1322/2006

Ementa: Fixa o subsídio do Procurador Geral, do Subprocurador Geral, do Procurador Geral Adjunto e dos Procuradores do Ministério Público de Contas e estende ao Procurador Geral do Ministério Público de Contas a parcela indenizatória prevista na Lei Complementar Estadual nº 12, de 27.12.1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O subsídio de Procurador Geral, Subprocurador Geral e Procurador Geral Adjunto, do Ministério Público de Contas, a partir de 1º de março de 2006, será de R\$ 19.403,75 (dezenove mil, quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos) e o de Procurador, R\$ 18.433,56 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º O subsídio de Procurador Geral, Subprocurador Geral e Procurador Geral Adjunto, do Ministério Público de Contas, a partir de 1º de setembro de 2006, será de R\$ 20.567,97 (vinte mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos) e o de Procurador, R\$ 19.539,57 (dezenove mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º O subsídio de Procurador Geral, Subprocurador Geral e Procurador Geral Adjunto, do Ministério Público de Contas, a partir de 1º de dezembro de 2006, será de R\$ 22.110,56 (vinte e dois mil, cento e dez reais e cinquenta e seis centavos) e o de Procurador, R\$ 21.005,04 (vinte e um mil, cinco reais e quatro centavos).

Art. 4º O Procurador Geral do Ministério Público de Contas perceberá a parcela indenizatória de que trata o § 2º do art. 61 da Lei Complementar nº 12, de 27.12.1994, acrescentado pela Lei Complementar Estadual nº 21, de 28.12.1998, no percentual de 30% (trinta por cento) do subsídio do cargo efetivo, para fazer face as despesas decorrentes de compromissos de ordem profissional ou social inerentes à representação do Ministério Público de Contas.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir das datas indicadas nos artigos precedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE CONTAS, em 25 de maio de 2006.

Conselheiro ROMEU DA FONTE
Presidente

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

OFÍCIO TCGP Nº 0207/2006

Recife, 22 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa, em conformidade com o art. 20 da Constituição do Estado de Pernambuco, o anexo projeto de lei que tem por objetivo fixar o subsídio do Auditor Geral e do Auditor Substituto de Conselheiro, considerando o reajuste dos subsídios dos Conselheiros deste Tribunal, decorrente do Projeto de Lei nº 1306/2006, que fixa os subsídios dos Desembargadores, e por garantia constitucional, os dos Conselheiros deste Tribunal de Contas.

Como é de notório conhecimento, os Auditores Substitutos de Conselheiro têm por função precípua substituir os Conselheiros em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, ficando vinculados aos processos que lhes forem redistribuídos para relatar, o que resulta em serem responsáveis pela relatoria de considerável parcela de processos submetidos à análise deste Tribunal de Contas. Justo, portanto, adequar os seus subsídios aos novos valores fixados para os Conselheiros.

Registre-se que, diante da vedação imposta pelo Parágrafo Único do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da impossibilidade de aumento de despesa de pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, não foi possível encaminhar a essa Casa projeto de lei no último ano da gestão do Conselheiro Carlos Porto. Significa dizer que os Auditores Substitutos de Conselheiros não tiveram qualquer reajuste do subsídio no ano de 2005, não havendo adequação aos subsídios dos Conselheiros fixados pela Lei Estadual nº 12.861 de 10 de agosto de 2005.

Resalte-se que mesmo após a implementação das alterações ora propostas, este Tribunal permanecerá cumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não atingindo o limite prudencial. Destaque-se, ainda, que os valores propostos estão de acordo com o limite disposto no art. 37, XI da Constituição Federal vigente. Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

TRIBUNAL DE CONTAS, em 25 de maio de 2006.

Conselheiro ROMEU DA FONTE
Presidente

Exmo. Sr.

Deputado RAIMUNDO PIMENTEL
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em exercício
Rua da Aurora, 631 - Boa Vista
RECIFE - PE 50.050-000

Projeto de Lei Ordinária Nº 1323/2006

Ementa: Fixa o subsídio do Auditor Geral e dos Auditores Substitutos de Conselheiros do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O subsídio do Auditor Geral e dos Auditores Substitutos de Conselheiro fica fixado em R\$ 18.511,18 a partir de 1º de setembro de 2006 e em R\$ 19.900,13, a partir de 1º de dezembro de 2006.

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias destinadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir das datas indicadas nos artigos precedentes.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE CONTAS, em 25 de maio de 2006.

Conselheiro ROMEU DA FONTE
Presidente

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Solicitações de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO
DE DISPENSA DE PRESENÇA
EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADA DILMA LINS, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 25 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem ao Rio de Janeiro.

Recife, 25 de maio de 2006.

Deputada Dilma Lins

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 25/05/2006Deputado Romário Dias
PresidenteREQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO
DE DISPENSA DE PRESENÇA
EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 25 de maio de 2006 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Manaus.

Recife, 25 de maio de 2006.

Deputado Augusto Coutinho

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 25/05/2006Deputado Romário Dias
PresidenteCOMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA 30/05/2006

Convoco, de acordo com o Art. 103, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os membros titulares: Deputados BETINHO GOMES (PPS), ANTÔNIO MORAES (PSDB), CEÇA RIBEIRO (PSB), PEDRO EURICO (PSDB), membros suplentes: Deputados AUGUSTO COUTINHO (PFL), ISALTINO NASCIMENTO (PT), JACILDA URQUISA (PMDB), JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB) e PASTOR CLEITON COLLINS (PSC), para participarem da Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 30 de maio de 2006, às 11:30 horas, no Plenarinho I desta Casa.

PAUTA**DISTRIBUIÇÃO:****PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:**

Projeto de Lei Ordinária nº 1310/2006 de autoria do Governo do Estado. **Regime de Tramitação: Urgência.** Ementa: Dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas à prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 1311/2006 de autoria do Governo do Estado. **Regime de Tramitação: Urgência.** Ementa: Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 1318/2006 de autoria do Governo do Estado. **Regime de Tramitação: Urgência.** Ementa: Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Defesa Social. E dá outras providências.

DISCUSSÃO:

Projeto de Lei Ordinária nº 1284/2006 de autoria do Governo do Estado. **Regime de Tramitação: Ordinária.** Ementa: Cria o Conselho de Educação Escolar Indígena de Pernambuco - CEEIN, e dá outras providências.

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

Projeto de Lei Ordinária nº 1292/2006 de autoria do Governo do Estado. **Regime de Tramitação: Urgência.** Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2006, e dá outras providências.

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

Recife, 25 de Maio de 2006

DEPUTADO ROBERTO LEANDRO
Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania

Pareceres de Comissão

Parecer Nº 6284/2006

Relativo à proposição:**Projeto de Resolução Nº 944/2005****1. Relatório**

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 0944/2005, de autoria do Deputado Sérgio Leite, que institui no calendário da Assembléia Legislativa de Pernambuco a realização do Seminário Estadual de Segurança Pública do Poder Legislativo.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 0944/2005, de autoria do Deputado Sérgio Leite, que institui no calendário da Assembléia Legislativa de Pernambuco a realização do Seminário Estadual de Segurança Pública do Poder Legislativo.

A Segurança Pública no país, em especial no nosso Estado, encontra-se bastante desacreditada pela sociedade, que atribui a culpa ao Poder Público pela falta de uma política eficaz de planejamento, controle e combate a violência.

O Poder Legislativo não pode ser responsável pela ausência de uma política adequada e eficiente para reduzir os índices alarmantes de violência, que é desencadeada, por diversos fatores, e atinge tudo e a todos.

Cabe ao Legislativo propor uma política visando melhorias no combate e na redução dos crimes registrados, visando coibir a prática dos mesmos, através de ações permanentes, as quais serão discutidas em seminário próprio com a presença de autoridades do setor e a sociedade civil, propondo medidas corretas que possam contribuir com a segurança pública, evitando medidas erradas que apenas onerem os cofres públicos e nada resolvem.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e Cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 0944/2006, de autoria do Deputado Sérgio Leite.

Roberto Liberato
Deputado**3. Conclusão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 0944/2006, de autoria do Deputado Sérgio Leite.

Sala da Comissão de Educação e Cultura,
em 25 de maio de 2006.**Presidente: Roberto Liberato.****Relator : Roberto Liberato.****Favoráveis os (4) deputados: Ana Cavalcanti, Jacilda Urquisa, Mavíael Cavalcanti, Roberto Leandro.**

Parecer Nº 6285/2006

Relativo à proposição:**Projeto de Lei Ordinária Nº 998/2005****1. Relatório**

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 998/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes, que denomina Museu do Estado de Pernambuco Fernando de Melo Freyre, o Museu do Estado de Pernambuco.

2. Prece do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 998/2005, que denomina Museu do Estado de Pernambuco Fernando de Melo Freyre, o Museu do Estado de Pernambuco.

O presente Projeto objetiva homenagear um cidadão que se destacou na luta pela Cultura de seu Estado. Pernambuco está mais pobre, perdeu um grande filho: Fernando de Melo Freyre.

Filho de Madalena e Gilberto Freyre, nasceu e viveu até o fim de sua vida, aos 61 anos, em Apipucos, Recife - PE.

Por mais de trinta anos, dirigiu a Fundação Joaquim Nabuco, amando-a como se fosse sua casa e tratando seus funcionários como se familiares fossem. Transformou o pequeno Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, na Fundação que hoje goza de grande conceito e é referência nacional e internacional.

Por sua capacidade, presidiu o Conselho Municipal de Cultura, o Conselho Estadual de Cultura, do qual ainda era parte e era membro da Academia Pernambucana de Letras. Sem dúvida, nosso homenageado, dedicou sua vida à família, à região, ao nosso Estado e a cultura pernambucana.

Não esteve, entretanto desligado das atividades humanitárias. Ele e sua esposa, em Apipucos, desenvolveram uma grande ação social, atendendo a comunidade e especialmente dedicando sua atenção aos idosos, pelos quais nutria grande afeto e procurava minimizar-lhes o peso da exclusão social.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e Cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 998/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

Roberto Liberato Deputado
--

3. Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação Projeto de Lei Ordinária nº 998/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 25 de maio de 2006.

Presidente: Roberto Liberato.

Relator : Roberto Liberato.

Favoráveis os (4) deputados: Ana Cavalcanti, Jacilda Urquisa, Mavíael Cavalcanti, Roberto Leandro.

Parecer Nº 6286/2006

Relativo à proposição:

Projeto de Lei Ordinária Nº 1159/2005

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro, que institui o dia 06 de Dezembro como o Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres no Estado de Pernambuco.

2 . Parecer do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro, que institui o dia 06 de Dezembro como o Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres no Estado de Pernambuco.

Na busca de denunciar e progressivamente reduzir a violência contra as mulheres, nos últimos 10 anos, organizações governamentais e não-governamentais, no Brasil e no mundo, têm desenvolvido estratégias para proteger e defender os direitos das mulheres, desenvolvendo uma série de ações para vítimas de violência doméstica e familiar. Mais recentemente, observa-se a necessidade de criar estratégias para mobilizar os homens pelo fim da violência contra as mulheres, entendendo que violência contra as mulheres é um problema para as mulheres e para os próprios homens.

Isto porque nem todo homem é, por princípio, agressivo e muitos rejeitam e condenam a violência, especialmente a violência contra a mulher. Portanto, é nossa função, rever modelos machistas de socialização e envolver os homens, desde cedo, nos esforços pelo fim da violência contra a mulher, em espaços públicos e privados.

A escolha do dia 6 dezembro é pelo fato ocorrido na cidade de Montreal, no Canadá, em que um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, ordenou que os homens se retirassem da sala, e gritou “Vocês são todas feministas!”, e começou a atirar assassinando 14 mulheres, à queima roupa. Em seguida, suicidou-se. Em uma carta deixada por ele, justificava seu ato dizendo que não suportava a idéia de ver mulheres estudando Engenharia, um curso tradicionalmente dirigido a homens. Esse massacre mobilizou a opinião pública mundial, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e Cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro.

Mavíael Cavalcanti Deputado
--

3. Conclusão da Comissão

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 25 de maio de 2006.

Presidente: Roberto Liberato.

Relator : Mavíael Cavalcanti.

Favoráveis os (4) deputados: Ana Cavalcanti, Jacilda Urquisa, Roberto Leandro, Roberto Liberato.

Parecer Nº 6287/2006

Relativo à proposição:

Projeto de Lei Ordinária Nº 1161/2005

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro, que institui o Balanço Social no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Pernambuco.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro, que institui o Balanço Social no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Pemambuco.

Ao criar o Balanço Social no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Pernambuco, o presente projeto objetiva dar transparência às ações realizadas na área social pelos referidos Poderes.

É fundamental e necessária a transparência das ações governamentais para que a sociedade possa fiscalizá-las, com a legitimidade a ela inerente por um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, tendo em vista dar publicidade aos atos administrativos realizados pelos entes públicos, conforme prevê a Constituição Federal, em seu art. 37.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e Cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro.

Roberto Liberato Deputado
--

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2005, de autoria do Deputado Roberto Leandro.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 25 de maio de 2006.

Presidente: Roberto Liberato.

Relator : Roberto Liberato.

Favoráveis os (4) deputados: Ana Cavalcanti, Jacilda Urquisa, Mavíael Cavalcanti, Roberto Leandro.

Parecer Nº 6288/2006

Relativo à proposição:

Projeto de Lei Ordinária Nº 1221/2006

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2006, de autoria do Deputado Adelmo Duarte, que denomina “Rodovia DEPUTADO RIBEIRO GODOY”, a PE – 103, que liga a sede do Município de Bezerros à sede do Município de Bonito.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2006, de autoria do Deputado Adelmo Duarte, que denomina “Rodovia DEPUTADO RIBEIRO GODOY”, a PE – 103, que liga a sede do Município de Bezerros à sede do Município de Bonito.

O ex- Deputado Estadual Ribeiro Godoy, nasceu na cidade de Serra Talhada, no sertão do nosso Estado, e radicou-se com sua família na cidade de Bonito, foi o baluarte na luta para que, no Governo Moura Cavalcanti, fosse pavimentada a PE – 103, visando o desenvolvimento da região e do município no qual se radicou, o município do Bonito, sempre atento às necessidades do povo daquela região, que se tornou próspera após a pavimentação da PE – 103, Ribeiro Godoy lutou, anos mais tarde, pela recuperação da referida estrada junto ao então Governador Joaquim Francisco Cavalcanti. Fora esse fato específico, o Deputado Ribeiro Godoy, foi um guerreiro na luta pelo desenvolvimento do Estado de Pernambuco, e especialmente pela região de Bonito e circunvizinhanças. Homem probro, de reputação ilibada,

foi Deputado Estadual por cinco mandatos, sempre atuante, fiel às suas bases e aos interesses do povo pernambucano, nunca transigiu aos interesses da maioria, sempre atento aos amigos e correligionários. Homem sério, digno servidor público da Secretaria da Fazenda deste Estado, deixou um rastro de sinceras e firmes amizades por onde passou, perenizando sua memória entre os que o conheceram.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Educação e Cultura seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2006, de autoria do Deputado Adelmo Duarte.

Roberto Liberato Deputado
--

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2006, de autoria do Deputado Adelmo Duarte, que denomina “Rodovia DEPUTADO RIBEIRO GODOY”, a PE – 103, que liga a sede do Município de Bezerros à sede do Município de Bonito.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 25 de maio de 2006.

Presidente: Roberto Liberato.

Relator : Roberto Liberato.

Favoráveis os (4) deputados: Ana Cavalcanti, Jacilda Urquisa, Mavíael Cavalcanti, Roberto Leandro.

Emenda

Emenda Nº 1/2006

Ementa: Modifica o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 1308/2006 de autoria do Poder Executivo.

Art. 1º - Modifica a redação do Art. 1º do Projeto de Lei nº 1308/2006 de autoria do Poder Executivo.

Art.1º.....para os cursos de Tecnologia da Informação, Marketing em Moda, Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia com a opções para a criação de novos cursos ou até permuta de cursos.

Justificativa

O Projeto ora em pauta já prevê em sua mensagem os cursos acima citados.O que se objetiva com essa Proposição é deixar em aberto, já nesta Lei, um meio de possibilitar que a qualquer momento o Governador possa valer-se deste mesmo instrumento, ao invés de criar novo projeto.

Sala das Reuniões, em 25 de maio de 2006
Geraldo Coelho Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 5ª Comissões.

Indicações

Indicação Nº 5515/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Dilton da Conti - Presidente da Chesf, ao Sr. José Fernando do Monte Melo Cavalcanti - Coordenador do Programa Luz Para Todos, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de proceder a eletrificação rural para a Escola José do Patrocínio Mota, bem como para residências circunvizinhas localizadas no Sítio Alto da Jurubeba, zona rural do município de São Bento do Una.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito do Município de São Bento do Una - Sr. José Aldo Mariano da Silva, ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Una, ao Vereador Eraldo Gleidson Costa Virões e aos demais vereadores.

Justificativa

São Bento do Una, município situado na região agreste de Pernambuco com mais de 47.000 habitantes, tendo uma grande parcela de sua população, vivendo na Zona Rural, onde o programa de eletrificação rural (Luz Para Todos) ainda não atendeu a todos.

Portanto, é de grande importância a eletrificação do Sítio Alto da Jurubeba para que seja ampliado o horário das aulas na Escola José do Patrocínio Mota, disponibilizando para os jovens e adultos daquela localidade, aulas no período noturno. Sendo também, mister o atendimento da eletrificação das casas daquela localidade.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2006.
João Fernando Coutinho Deputado

Indicação Nº 5516/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Dilton da Conti - Presidente da Chesf, ao Sr. José Fernando do Monte Melo Cavalcanti - Coordenador do Programa Luz Para Todos, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de proceder a eletrificação rural para a Escola José de Almeida Cadete, bem como para residências circunvizinhas localizadas no Sítio Tamanduá, zona rural do município de São Bento do Una.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito do Município de São Bento do Una - Sr. José Aldo Mariano da Silva, ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Una, ao Vereador Eraldo Gleidson Costa Virões e aos demais vereadores.

Justificativa

São Bento do Una, município situado na região agreste de Pernambuco com mais de 47.000 habitantes, tendo uma grande parcela de sua população, vivendo na Zona Rural, onde o programa de eletrificação rural (Luz Para Todos) ainda não atendeu a todos.

Portanto, é de grande importância a eletrificação do Sítio Tamanduá para que seja ampliado o horário das aulas na Escola José de Almeida Cadete, disponibilizando para os jovens e adultos daquela localidade, aulas no período noturno. Sendo também, mister o atendimento da eletrificação das casas daquela localidade.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2006.
João Fernando Coutinho Deputado

Indicação Nº 5517/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Délio Zobaran - Gerente de Relações Institucionais da Telemar Nordeste, no sentido de instalar TELEFONE PÚBLICO no Sítio Sete Voltas, localizado na zona rural do município de Ibirajuba.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. Pedro Evangelista de Arandas - Prefeito do Município de Ibirajuba, ao Vereador Evandro Couto Leite - Presidente da Câmara Municipal de Ibirajuba.

Justificativa

Ibirajuba, município situado na região do agreste de Pernambuco com mais de 7.500 habitantes, possui algumas comunidades isoladas e carentes de diversos serviços como o de telefonia pública, o Sítio Sete Voltas é exemplo desta carência de telefones públicos.

Torna-se importante o atendimento do pleito em questão, pois além de caracterizar uma necessidade da comunidade, irá ampliar os serviços e negócios da TELEMAR, que irá vender mais cartões, através dos postos de revenda local, gerando mais renda ao pequeno comerciante.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2006.
João Fernando Coutinho Deputado

Indicação N° 5518/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Délio Zobaran - Gerente de Relações Institucionais da Telemar Nordeste, no sentido de instalar TELEFONE PÚBLICO no Sítio Gavião, localizado na zona rural do município de Ibirajuba.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. Pedro Evangelista de Arandas - Prefeito do Município de Ibirajuba, ao Vereador Evandro Couto Leite - Presidente da Câmara Municipal de Ibirajuba.

Justificativa
Ibirajuba, município situado na região do agreste de Pernambuco com mais de 7.500 habitantes, possui algumas comunidades isoladas e carentes de diversos serviços como o de telefonia pública, o Sítio Gavião é exemplo desta carência de telefones públicos. Torna-se importante o atendimento do pleito em questão, pois além de caracterizar uma necessidade da comunidade, irá ampliar os serviços e negócios da TELEMAR, que irá vender mais cartões, através dos postos de revenda local, gerando mais renda ao pequeno comerciante. Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.
Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2006.

João Fernando Coutinho Deputado
--

Indicação N° 5519/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Dilton da Conti - Presidente da Chesf, ao Sr. José Fernando do Monte Melo Cavalcanti - Coordenador do Programa Luz Para Todos, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de proceder a eletrificação rural para a Escola Otaviano José da Silva, bem como para residências circunvizinhas localizadas no Sítio Tapuio, zona rural do município de São Bento do Una.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito do Município de São Bento do Una -Sr. José Aldo Mariano da Silva, ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Una, ao Vereador Eraldo Gleidson Costa Virães e aos demais vereadores.

Justificativa

São Bento do Una, município situado na região agreste de Pernambuco com mais de 47.000 habitantes, tendo uma grande parcela de sua população, vivendo na Zona Rural, onde o programa de eletrificação rural (Luz Para Todos) ainda não atendeu a todos. Portanto, é de grande importância a eletrificação do Sítio Tapuio para que seja ampliado o horário das aulas na Escola Otaviano José da Silva, disponibilizando para os jovens e adultos daquela localidade, aulas no período noturno. Sendo também, mister o atendimento da eletrificação das casas daquela localidade.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2006.

João Fernando Coutinho Deputado
--

Indicação N° 5520/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Dilton da Conti - Presidente da Chesf, ao Sr. José Fernando do Monte Melo Cavalcanti - Coordenador do Programa Luz Para Todos, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de proceder a eletrificação rural para a Escola Monteiro Lobato, bem como para residências circunvizinhas localizadas no Sítio Campo Limpo, zona rural do município de São Bento do Una.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito do Município de São Bento do Una - Sr. José Aldo Mariano da Silva, ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Una, ao Vereador Eraldo Gleidson Costa Virães e aos demais vereadores.

Justificativa

São Bento do Una, município situado na região agreste de Pernambuco com mais de 47.000 habitantes, tendo uma grande parcela de sua população, vivendo na Zona Rural, onde o programa de eletrificação rural (Luz Para Todos) ainda não atendeu a todos.

Portanto, é de grande importância a eletrificação do Sítio Campo Limpo para que seja ampliado o horário das aulas na Escola Monteiro Lobato, disponibilizando para os jovens e adultos daquela localidade, aulas no período noturno. Sendo também, mister o atendimento da eletrificação das casas daquela localidade.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2006.

João Fernando Coutinho Deputado
--

Indicação N° 5521/2006

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um APELO ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Desembargador Fausto Valença de Freitas, no sentido de viabilizar, urgentemente, a conclusão da reforma do Fórum do Município de Carpina, que está fechado há mais de um ano.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Desembargador Fausto Valença de Freitas, na Praça da República, s/n, Bairro Santo Antônio, Recife-PE; e ao Juizes das 1ª, 2ª e 3ª Varas da Comarca de Carpina, Dr. Severino Bezerra do Nascimento, Dra. Maria do Carmo Moraes Melo, e à Dra. Stella Maria Mendes Gomes de Sá Leitão, respectivamente,na Av. Conselheiro João Alfredo,820, Centro, Carpina-PE, CEP 55810-000.

Justificativa

O município de Carpina encontra-se há mais de um ano com o seu Fórum fechado. O que vem provocando grande prejuízo para a celeridade processual, devido ao número reduzido de audiências, apenas uma por Vara e estando estas funcionando de forma alternada.

Desde o início das obras de reforma, as atividades do Fórum foram transferidas para o Colégio Santana, porém a direção do colégio pediu a desocupação do prédio devido à falta de pagamento do aluguel do imóvel.

Os móveis do Fórum encontram-se em diversos locais, quais sejam, na Faculdade Luso-Brasileira - FALUB, na Delegacia de Polícia e no Ministério Público. E, ainda, o sistema de refrigeração do prédio pode ser danificado por está tanto tempo parado e sem manutenção.

É de suma importância a entrega do Fórum à sociedade, principalmente àqueles que têm "fome" e "sede" de justiça.

Portanto, apelo ao Desembargador Fausto Freitas que envide esforços para viabilizar a necessária e urgente conclusão das obras de reforma do Fórum de Carpina, e, ainda, que o novo Fórum possa ser totalmente informatizado, o que proporcionaria, além de melhores condições de trabalho, um atendimento mais eficiente ao público.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2006.

Carla Lapa Deputada

Requerimentos

Requerimento N° 4011/2006

Requeremos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignando na ata dos trabalhos legislativos, um voto de CONGRATULAÇÕES à população de SERTÂNIA, através dos Ilustríssimos Senhores, Bartolomeu Brasileiro de Melo, Gustavo Maciel Lins de Albuquerque e Luiz Abel de Albuquerque Arruda, vereadores do Município, pelo transcurso dos seus 133 anos de Emancipação Política da Cidade que é celebrada nesta data de 24 de maio.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à população, através dos seus líderes e vereadores citados.

Justificativa

O povo de Sertânia tem muito a comemorar no dia 24 de maio porque nesses 133 anos de existência, vem confirmar o seu crescimento e desenvolvimento, ocupando uma posição de destaque na região do Sertão do Moxotó.

A criação de Sertânia primeiro se deu com a chegada no Geritacó (hoje povoação do Município de Ibimirim), ainda no século XVIII, do Português Pantaleão de Siqueira Barbosa, que se casou com a fidalga Ana Leite de Oliveira, trineta do Português Manuel Ferreira da Silva "o Carapuça de Onça" e de Ana Potência de Brito Cavalcanti, dos Holanda Cavalcanti. O mais ilustre filho do Casal Pantaleão e Ana foi Joaquim Inácio de Siqueira Barbosa.

Quase à mesma época, estabeleceram-se nesse lugar três irmãos portugueses: Manoel, Amaro e Raimundo Ferreira de Brito, pai de Catarina Ferreira da Silva que mais tarde se casou com o comprador de bois originário da mata pernambucana, Antão Alves de Souza.

A origem de Sertânia está no casal Antão e Catarina que doou parte de sua fazenda Alagoa de Baixo (Sertânia) ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, onde, a partir de 1810 passou a ser construída a capela de N.Sra. da Conceição e em torno da qual, se criara a povoação, depois sede de freguesia em 1842. Somente em 24 de maio de 1873 é que foi desmembrada do Município de Cimbres para se elevar à categoria de Vila, mesmo assim passando a Município autônomo, cuja instalação se daria somente em 1878.

Em 1882, houve a primeira eleição para vereadores e juiz de paz;

Em 1891, houve a primeira eleição para Prefeito, sub-prefeito e conselheiros municipais

Para falar sobre Sertânia, não se pode deixar de mencionar alguns de seus filhos, dentre tantos, que se destacaram ao longo desses anos:

Políticos do século XIX : Antonio de Siqueira Barbosa (do Jacu) - chefe do Partido Conservador de Alagoa de Baixo, Carlos José de Sá (sede) - Chefe do Partido Liberal de Alagoa de Baixo e Cel Manoel Inácio da Silva Azevedo - 1º Prefeito da República;

Filhos ilustres : Dr. Ulysses Lins de Albuquerque, Governador Etelvino Lins de Albuquerque, Eliezer Menezes - Ex-Superintendente da SUDENE, Raul Torres Laffayette - Ex-Prefeito, Alcides Lopes de Siqueira - ex-Deputado, médico e poeta, Profº Zenilda Lopes de Siqueira - Profº na Universidade do Rio de Janeiro, Epaminondas Morais - ex-Prefeito, Fernando Patriota - Prof na Universidade da Paraíba, Alberto Flávio Magalhães (Flavinho de Dona Senhora) - Teatrólogo, Mozart Siqueira Campos - Presidente da Chesf , Marcos Magalhães - Presidente da Philips do Brasil, Jessé Menezes - Prof de Física da Universidade da Pensilvânia - EUA;

Pessoas que se tomaram ilustres em Sertânia:Francisco dias Araújo - Maestro Franscisquinho, originário de Teixeira/PB, Waldemar de Souza Cordeiro - poeta e letrista de “Siboney”, Monsenhor Urbano de Carvalho, Educador Abílio Monteiro, Educador Padre Christiano Franciscus Marie Jacobs e o Industrial Jarbas Guimarães.

A importância cultural de Sertânia também está em seus clubes tradicionais e atrações atuais como: Antigo Clube América, Cine Emoir, Grupo de Dança Elizabeth Freire, Clube AABB e BNB Clube, que congregam a sociedade local.

Nas artes o Sertaniense também conta agora com a Associação dos Artesões e Artistas Populares de Sertânia que conta com sede própria para o incentivo e apoio dos artistas da terra.

Nesta Casa de Joaquim Nabuco, temos a honra de ser um dos representantes de SERTÂNIA e na ocasião, nos juntamos à população daquela Cidade, nas figuras de suas lideranças, para nos congratularmos nesta data em que a Cidade celebra o 133 aniversário de sua autonomia, expressando o sentimento do povo desse importante município do Sertão de Moxotó.

Sala das Reuniões, em 24 de maio de 2006

Fernando Lupa Deputado

Requerimento N° 4012/2006

Requeremos à mesa, depois de ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DE OLINDA pela realização do PROJETO BRIGADA PAULO FREIRE POR UMA OLINDA ALFABETIZADA.

Dá decisão desta Casa, dê-se conhecimento à Secretária de Educação de Olinda, Ilma Sra. Leocádia da Hora; à Prefeita do Município de Olinda, à Ilma Sra. Luciana Santos; ao Vice-prefeito de Olinda, o Ilmo. Sr. Paulo Valença, à Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, ao Ilmo Sr. Reitor Amaro Lins; e a Fundação Cultural do Banco do Brasil, com endereço na Av. Getúlio Vargas, Bairro Novo - 53030-010 - Olinda - PE.

Justificativa

Olinda, após sua conquista do título de primeira Capital Brasileira da Cultura, reafirma seus projetos e enfrenta novos desafios, como por exemplo: combater o analfabetismo no município.

Dados do último censo do IBGE (2001) informa que 26.839 Olindenses, com idade superior a 15 anos, são analfabetos. Diante desta realidade foram criadas várias ações e projetos da Secretaria de Educação e Desporto dos quais destaco a Brigada Paulo Freire Por uma Olinda Alfabetizada.

O projeto ora citado tem como propósito mobilizar a sociedade Olindense no sentido de engaja-lá na construção de uma Olinda cidadã com uma população consciente e crítica da história. O prazo para alcançar a meta de 8.862 jovens e adultos alfabetizados é de dois anos (2006/2007).

Olinda não poderia deixar de referenciar em seu projeto os feitos do grande e respeitado pedagogo da atualidade, cuja história muito bem reflete as intenções desta Brigada. Sendo assim, faz-se necessária à justa e merecida homenagem ora proposta, que espera contar com o apoio dos demais pares.

Sala das Reuniões, em 24 de maio de 2006

Teresa Leitão Deputada

Requerimento N° 4013/2006

Requeremos à mesa, depois de ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSO À IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, pelo transcurso do seu 30º aniversário.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à todo o corpo da Diocese Anglicana do Recife, com Sede Episcopal na Rua Dr. José Maria de Miranda, 560 Caixa Postal 4704 - Boa Viagem, 51012-970 - Recife–PE e ao Diácono permanente Daniel Barbosa, com endereço à Rua 18 nº 11 Conj. Resid. Alameda Paulista, 53400-000 Paulista-PE.

Justificativa

A história da Diocese Anglicana do Recife deve-se a grande influência das capelanias inglesas estabelecidas no século XIX em nosso país, de forma específica aqui no Nordeste.

O primeiro templo do Recife funcionou, onde hoje se encontra o Cinema São Luiz, na R. da Aurora. Em 1975, a Paróquia da Santíssima Trindade foi dirigida pelo respeitado e reconhecido Revmo. Paulo Ruiz Garcia. Neste mesmo ano foi criada a Diocese Setentrional, que teve como seu primeiro Bispo D. Edmund Knox Sherril.

A Diocese Setentrional tinha sede no Recife e era o comando das capelanias em outros Estados. Em 1976, iniciou-se de fato uma atuação independente, pois o Bispo Sherril organizou o primeiro Conselho e seu arrolamento como parte integrante da Diocese Central.

O primeiro concílio foi realizado em 1976, com quatro clérigos, três missionários, uma obreira leiga e três paróquias. Número que posteriormente sofreu aumento. A Diocese realizou um Sínodo Geral da IEAB, que é um processo eleitoral onde clérigos e leigos delegam um Reverendo como Bispo Setentrional.

A Diocese durante os seus trinta anos cresceu e realizou vários eventos, como: palestras, seminários, projetos. Um dos seus últimos Bispos foi o Diocesano, Revmo. Edward Robison de Barros Cavalcanti, que trouxe consigo uma grande quantidade de pessoas interessadas em fazer parte do Anglicanismo, apesar de sofrer dois cismas, que ocasionaram perda de pessoas importantes para a história eclesíastica. Hoje, o Bispo Filadelfo foi nomeado autoridade Eclesiástica da Diocese Anglicana do Recife e dá continuidade aos trabalhos de base da Igreja.

Diante do exposto, faz-se necessária à justa e merecida homenagem ora proposta, que espera contar com o apoio dos demais pares.

Sala das Reuniões, em 24 de maio de 2006

Teresa Leitão Deputada

Requerimento N° 4014/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa no dia hoje, **Voto de Aplauso** a DIRETORIA COLEGIADA do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco – SINPRO, pela brilhante atuação no processo de negociação com o empresariado do setor privado de ensino, visando obter melhores condições de trabalho e de salário para categoria.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento a Diretoria Colegiada do SINPRO, nas pessoas de Ana Edileusa Nogueira, Daniel Max Lima, Djanilton Freire, Jesualdo Campos, Josenildo Mello, Maria Aparecida Santos, Maria José Silva, Suely de Farias, Roseli Xavier Silva, Selizete Maria de Souza, Virgínio Cordeiro, Antonio Albino, Delazy Albuquerque, Fernando Klein, Lourenço Benetido, Maria de Lourdes Silva, Maria Luciene Cordeiro, Orlando Melo, Rosiane Silva de Sousa, Solange Gomes Santos, Terezinha Isabel, Viviane Barbosa, Bráulio Wanderley, Diomedes Matias, Flávia Azevedo, José Pereira de Barros, Luciano Barbosa, Maria do Socorro Silva, Paula Albuquerque, Sandra Helena, Suely Santos, Valéria Moura Farias, Wellington Guedes de Sá, José Marques Filho, Maria Rita Oliveira, Elisabeth Laurentino da Silva, Paulo Pereira Pequeno, Theobaldo Pires Azevedo, Alexandre Neiva, Clemildo Alves Santana, José Bezerra de Lemos, na Rua Almeida Cunha, 65, Boa Vista, CEP: 50.050-480; a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, na Rua Quarenta e Oito, 600, Espinheiro, CEP: 52.050-380; a Central Única dos Trabalhadores – CUT, na Rua Dom Manoel Pereira, 183, Santo Amaro, CEP: 50.050-140 e a José Jackson Bezerra, representante da Federação dos Trabalhadores em Educação do Norte/Nordeste - FETEE-NE, na Rua Almeida Cunha, 65, Boa Vista, CEP: 50.050-480, Recife – PE.

Justificativa

A presente proposição objetiva homenagear a Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco - SINPRO pela competência demonstrada na condução do processo de negociação para obter melhorias salariais e condições de trabalho para todo o conjunto de professores da rede particular de ensino do Estado de Pernambuco.

A paralisação dos professores da rede particular de ensino, ocorrida a partir de 17 do corrente, deixou cerca de 350 mil alunos de duas mil escolas de todo o Estado sem aulas. A greve foi deflagrada por tempo indeterminado, em face da intransigência do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco – SINEPE, que não desenvolveu esforços para atender as reivindicações do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco – SINPRO e permitir que o setor voltasse a normalidade.

O movimento grevista, conduzido com bastante competência pelo SIMPRO, se estabeleceu em decorrência da falta do atendimento a principal reivindicação da categoria que era um reajuste em torno de 15% (quinze) por cento, enquanto a proposta patronal foi de apenas 6% (seis) por cento, valor não aceito por ficar um pouco acima da inflação de 4,17 verificada no período de abril de 2005 a março desse ano.

Cumpre ressaltar, também, o empenho da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho, que de forma independente e imparcial, sempre buscou conciliar os interesses das partes envolvidas, fator que culminou com a resolução definitiva do conflito, proporcionando com isso, melhorias para os trabalhadores e a satisfação de milhares de estudantes e seus familiares.

Finalmente, quero parabenizar a Diretoria Colegiada do SINPRO que no decorrer da luta demonstrou muita firmeza nas proposições e coerência nos momentos de negociação, de modo a chegar a um entendimento comum, mas sempre buscando atingir aos interesses maiores dos trabalhadores e, principalmente, dos estudantes da rede particular de ensino deste Estado.

Em face da sua relevância e alcance social, conclamamos aos Ilustres Parlamentares pela aprovação do presente pleito.

Sala das Reuniões, em 25 de maio de 2006

Nelson Pereira Deputado
--

Requerimento Nº 4015/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja concedido um **Voto de Aplauso** para o **Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - CREMEPE** pela realização da “Caravana do Cremepe”, ação que tem como objetivo de realizar colher dados sobre diversos aspectos sociais dos municípios, com ênfase nos serviços de saúde, e encaminhar propostas para as diversas esferas do Poder Público.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima presidente do Cremepe, em nome de todos os membros da atual diretoria, Drs.Andre Longo Araújo de Melo, Nair Cristina Nogueira de Almeida, José Carlos Barbosa de Alencar e Helena Carneiro Leão, a Rua Conselheiro Portela, 203 Espinhoeiro - Recife - CEP: 52020030.

Justificativa
A Caravana do CREMEPE é uma ação conjunta da entidade com o Sindicato dos Médicos e Secretaria Estadual de Saúde, que desde o mês de abril já visitou 26 municípios do sertão e do agreste pernambucano. Atualmente a “Caravana” está em sua quarta fase, visitando os municípios de Jurema, Calçado, Terezinha, Brejão, Caetés, Paranatama, Lagoa do Ouro, Canhotinho, São Benedito do Sul e Maraial. O trabalho engloba fiscalização de hospitais, reuniões com prefeitos, secretários municipais e conselheiros de saúde, além de juizes e promotores dos municípios. São colhidos dados sobre diversos aspectos sociais dos municípios, com ênfase nos serviços de saúde. Depois de passar por todos os municípios, será elaborado um relatório com os dados coletados. A partir daí as entidades envolvididas irão aos poderes federais, estaduais e municipais mostrar e pedir soluções para os problemas encontrados. Entre as inúmeras problemáticas diagnosticadas pelos integrantes deste projeto tem sido os alarmantes índices de violências e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse projeto é uma iniciativa digna de reconhecimento por parte desta Casa, que vem cumprindo o seu papel no enfrentamento de questões como as diversas formas de violação dos direitos humanos. Esta Assembléia também vem demonstrando a importância da atuação conjunta entre o poder público e a sociedade civil organizada, de modo que, ao reconhecer o trabalho realizado pelo Cremepe, está estimulando iniciativas semelhantes por parte da sociedade civil organizada.
Sala das Reuniões, em 25 de maio de 2006
Ana Cavalcanti Deputada

Requerimento Nº 4016/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumprido, e as formalidades regimentais que, no próximo dia 24 de outubro de 2006, no plenário desta Casa Legislativa, seja realizada uma Sessão Solene, em homenagem ao Centenário do 14 Bis. Da decisão desta casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Comandante do 2º Comar, Major-Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, sito à Avenida Armindo Moura, 500 - Boa Viagem, Recife/PE.

Justificativa
Não se pode falar do Centenário do 14 Bis, sem citar o Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont. Ele nasceu no dia 20 de julho de 1873 no sítio Cabangu, no Distrito de Palmira, em Barbacena/MG, localidade que hoje leva seu nome. Filho de Henrique Dumont , engenheiro civil e cafeicultor em Ribeirão Preto/SP, e da Francisca Santos Dumont , vinda de família portuguesa que veio para o Brasil com D. João VI em 1808. O pai Henrique teve papel fundamental na trajetória do filho Alberto, pois percebendo nele o fascínio pelas máquinas, direcionou os estudos do rapaz para a Mecânica, a Física, a Química e a Eletricidade, não fazendo questão que ele se formasse em Engenharia, como foi o caso dos outros filhos.

Aos 18 anos, Alberto foi para Paris completar os estudos e perseguir o seu sonho de voar, surgido aos 15 anos com a visão, nos céus de São Paulo, de um **balão livre**. Chegando em Paris, Alberto se admira com os motores de combustão interna a petróleo que começavam a aparecer impulsionando os primeiros **automóveis** e compra um para si, esquadrinhando todo o seu funcionamento. Logo estava promovendo e disputando as primeiras corridas de automóveis em Paris.

Em 1897, Santos-Dumont faz seu primeiro voo num balão livre alugado. Um ano depois, projeta e constrói, com a ajuda de operários e construtores de balões franceses, seu primeiro balão livre, o “**Brasil**”, homenageando sua pátria. Logo em seguida, associando os leves **motores de combustão interna a petróleo** a seus leves balões e construindo engenhosos lemes, Santos-Dumont inventa os balões dirigíveis: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, que se sucedem em prêmios no Aeroclube de França e sucesso na **imprensa européia**, **imprensa norte-americana** e no Brasil. O inventor agora é o centro das atenções, despertando o interesse militar para seus balões.

Em 1905, na platéia de uma corrida de lanchas num quente verão em Cote D’Azur, Santos-Dumont avista uma potente lancha e começa aí a planejar um aparelho mais-pesado-que-o-ar. Aproveitado o sucesso dos planadores, pequenas aeronaves sem motor, o inventor constrói o primeiro avião, o 14 Bis, usando o balão nº 14 para testes de estabilidade.

Já em 7 de setembro de 1906 o 14 Bis deu um primeiro salto no ar, mas faltou potência. Mas no dia 23 de outubro, o 14 Bis voou, decolando, mantendo-se no ar por uma distância de 60 metros, a três metros de altura e aterrisou. Era o primeiro voo homologado, para uma multidão de testemunhas eufóricas no campo de Bagatelle. Toda a imprensa francesa no dia seguinte louvou o fato histórico. Era o triunfo de um obstinado brasileiro e a conquista do prêmio Archdeacon oferecido pelo Aeroclube de França. O dinheiro do prêmio foi distribuído para seus operários e os pobres de Paris, como era o costume do inventor. A partir de então, Santos-Dumont recebeu diversas homenagens por toda a Europa, nos EUA e América Latina, em especial no Brasil, onde foi recebido com festas e euforia. Seus projetos foram aperfeiçoados por outros aviadores e projetistas, já que ele não os patenteava e não desejava adquirir bens materiais com suas invenções, mas idealizava dotar a Humanidade com meios de facilitar as comunicações, desgostando-se com o uso agressivo que o avião teve na I Guerra Mundial. Após o 14 Bis, por três anos, Santos Dumont projetou e construiu os aviões 19 e o Demoiselle, com grande sucesso.

Além do avião, Santos Dumont também criou o relógio de pulso. Enquanto pilotava seus dirigíveis, Dumont não tinha como acompanhar os segundos e minutos em que permanecia no ar, com o relógio de bolso. O aviador sugeriu então ao amigo relojoeiro Cartier para que adaptasse alças ao objeto. O modelo foi batizado com seu nome e existe até hoje.

Em 1909, cansado e com a saúde já abalada por tantos **perigos**, pois era projetista, financiador, construtor e piloto de testes de suas aeronaves, Santos-Dumont resolve deixar de lado os projetos aeronáuticos, recebendo, até a sua morte, em 23 de julho de 1932, muitas e merecidas homenagens no Brasil e no exterior, recebendo o justo título de “o Pai da Aviação”. Por isso mesmo, Pernambuco e a Casa de Joaquim Nabuco jamais poderiam deixar de homenagear um dos grandes patronos da Pátria Brasileira.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2006
Soldado Moisés Deputado

Requerimento Nº 4017/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, e de acordo com o artigo 14, XXII, da Constituição do Estado, que esta Assembléia requisiite a Exma. Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco, Sra. Maria José Briano, as seguintes informações sobre incentivos fiscais concedidos a empresas no Estado de Pernambuco:

a)Demonstrativo do valor da renúncia fiscal do Estado, anualizada, no período de 1999 a 2005, a preços correntes e constantes;
b)Relação das empresas beneficiadas, no mesmo período, e o valor anual auferido por cada uma;
c)Quantas empresas tiveram suspensão dos benefícios por descumprimento de obrigações contratuais verificadas em ação fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, informando quais foram e em que período.

Justificativa
O presente requerimento deve-se à necessidade de termos com maior clareza, conhecimento da renúncia fiscal do Estado e quais empresas vêm sendo beneficiadas, a fim de termos dados para análise sobre impacto temporal desses incentivos na Receita Tributária de Pernambuco e discutirmos nesta Casa os seus reais efeitos nas finanças e na própria economia do Estado. Vale salientar, inclusive, que tais informações não vêm sendo destacadas nos balanços gerais do Estado, em descumprimento às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme Acórdão TC n° 0690/01. Os referidos destaques propiciariam um melhor acompanhamento ao que exige a Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em nome desse princípio constitucional e com base nas prerrogativas e responsabilidades desta Assembléia Legislativa, faço a presente requisição, o que possibilitará conhecermos e analisarmos o impacto desses incentivos nas finanças estaduais no quadro econômico de Pernambuco. Diante do exposto solicito aos meus ilustres pares a provação do presente Requerimento.
Sala das Reuniões, em 12 de abril de 2006
João Fernando Coutinho Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 4018/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja solicitado informações ao Exmº.Sr. Secretário Josberto Rocha Sobrinho - da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado sobre as obras de reformas da Penitenciária Agrícola São João - Ilha de Itamaracá.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Dr. José Romero Maciel de Aquino - Juiz da Ilha de Itamaracá, Av. João Pessoa Guerra, 230 Pilar - Ilha de Itamaracá; Exmo. Sr Yves Ribeiro, Prefeito do Município de Paulista; Exmo Sr. Flávio Gadelha - Prefeito do Município de Abreu e Lima; Exmo Sr. Severino Souza - Prefeito do Município de

Igarassu; Exmo Sr.Clóvis Cavalcanti - Prefeito do Município de Itapissuma; Exmo Sr. Paulo Geraldo Xavier - Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá; Exmº. Sr.Vereador José Carneiro de Moura - Câmara Municipal de Abreu e Lima; Av. Duarte de Caxias, 334 , Cep - 53.450-000- Abreu e Lima - PE; Exmº. Sr. Vereador Luiz Cavalcante dos Passos - Câmara Municipal de Igarassu, Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n Cep - 53.600-000 - Igarassu - PE; Exmº. Sr.Vereador José Carlos de Moraes Guerra - Câmara Municipal de Itamaracá, Cep - 53.900-000 - Ilha de Itamaracá - PE; Exmº. Sr. Vereador Massilon Filgueira de Castro - Câmara Municipal de Itapissuma, Rua Manoel Lourenço, 26, Cep- 53.700-000 - Itapissuma - PE; Exmº. Sr. Vereador Antonio José Lima Valpassos - Câmara Municipal de Paulista, Pça. Agamenon Magalhães, s/n, Centro, Cep - 53.400-000 - Paulista - PE; Sr. Paulo Henrique Guerra Alves - Presidente do PSB - Ilha de Itamaracá, Rua Esmeraldino Bandeira 225, aptº 702. Graças - Recife; Srª Sari Anne Van Den Hoek - Diretora do Orange Praia Hotel, Av. do Forte s/n Ilha de Itamaracá; Sr. Celso José das Neves - Diretor da Orange Tintas, Rua Sinalas s/n - Forno da Cal - Ilha de Itamaracá;

Justificativa
A reforma que está sendo realizada na unidade da Penitenciária Agrícola São João, antiga PAI, é uma atividade que precisa ser informada à população, que vem questionando o compromisso assumido pelo Governo do Estado em retirar essa unidade prisional da Ilha de Itamaracá. Subtende-se portanto, que não haveria necessidade da efetivação de obras para receber ou ampliar o número de apenados. Em virtude destes questionamentos, solicitamos urgentemente que nos forneçam informações sobre o objetivo desta obra, seus custos e a previsão de conclusão, para que possamos esclarecer à população sobre a aplicação e destino dos recursos públicos. Diante do exposto, solicito aprovação dos meus ilustres pares.
Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006
Ceça Ribeiro Deputada

DEFERIDO

Requerimento Nº 4019/2006

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado um pedido de informações ao Exmº.Sr. Secretário Josberto Rocha Sobrinho - da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado sobre a execução de obras no COTEL.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Dr. José Romero Maciel de Aquino - Juiz da Ilha de Itamaracá, Av. João Pessoa Guerra, 230 Pilar - Ilha de Itamaracá; Exmo. Sr Yves Ribeiro, Prefeito do Município de Paulista; Exmo Sr. Flávio Gadelha - Prefeito do Município de Abreu e Lima; Exmo Sr. Severino Souza - Prefeito do Município de Igarassu; Exmo Sr.Clóvis Cavalcanti - Prefeito do Município de Itapissuma; Exmo Sr. Paulo Geraldo Xavier - Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá; Exmº. Sr.Vereador José Carneiro de Moura - Câmara Municipal de Abreu e Lima; Av. Duarte de Caxias, 334 , Cep - 53.450-000- Abreu e Lima - PE; Exmº. Sr. Vereador Luiz Cavalcante dos Passos - Câmara Municipal de Igarassu, Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n Cep - 53.600-000 - Igarassu - PE; Exmº. Sr.Vereador José Carlos de Moraes Guerra - Câmara Municipal de Itamaracá, Cep - 53.900-000 - Ilha de Itamaracá - PE; Exmº. Sr. Vereador Massilon Filgueira de Castro - Câmara Municipal de Itapissuma, Rua Manoel Lourenço, 26, Cep- 53.700-000 - Itapissuma - PE; Exmº. Sr. Vereador Antonio José Lima Valpassos - Câmara Municipal de Paulista, Pça. Agamenon Magalhães, s/n, Centro, Cep - 53.400-000 - Paulista - PE;

Justificativa
As obras realizadas na área do COTEL de Abreu e Lima, a qual é situada em área de preservação ambiental, por conter vegetação de Mata Atlântica, requer a liberação de licença pelo CPRH e Prefeitura local, portanto, sentimos a necessidade de obter as informações sobre: o tipo de obra realizada, valores de investimentos e se está devidamente licenciada pelas instituições supra citadas. Diante do exposto, solicito aprovação dos meus ilustres pares.
Sala das Reuniões, em 16 de maio de 2006
Ceça Ribeiro Deputada

DEFERIDO

Requerimento Nº 4020/2006

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Defesa Social acerca do número de mulheres assassinadas no Estado de Pernambuco, no ano de 2006, sendo discriminado o número de assassinatos por município e as circunstâncias em que ocorreram.

Justificativa
Atualmente somente são apresentadas estatísticas de assassinato de mulheres na Região Metropolitana do Recife, ocorre que para o efetivo conhecimento dos homicídios praticados contra mulheres é necessário que tenhamos os dados de todo o Estado, e não só os dados da Região Metropolitana. Por outro lado, o conhecimento do problema em todo o Estado de Pernambuco é indispensável para a construção de políticas públicas eficientes e eficazes em todo o Estado. Desta forma, para instrumentalizar a fiscalização do Poder Legislativo e possibilitar a construção de políticas públicas, se faz necessário o presente questionamento, que contará com o apoio de todos os meus pares deste Poder Legislativo.
Sala das Reuniões, em 18 de maio de 2006
Teresa Leitão Deputada

DEFERIDO

Requerimento Nº 4021/2006

Requeremos que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei Ordinária Nº 551/2004 de minha autoria.

Justificativa
Sala das Reuniões, em 1 de janeiro de 2003
Izaías Régis Deputado

DEFERIDO

Portarias

PORTARIA Nº 387

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 51/2006, da Deputada Carla Lapa, e **RESOLVE**: alterar a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento) para 110,73% (cento e dez vírgula setenta e três por cento), no cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo PL-CGC, da servidora **PAULA JANIEIRE BARBOSA CABRAL DE MELO**, retroagindo ao dia 1º de maio do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 25 de maio de 2006.
Deputado JOÃO NEGROMONTE Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 159

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**: tornar sem efeito a Portaria nº 150, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo do dia 21 de abril do corrente.

Sala Austro Costa, 25 de maio de 2006.
EVA MARIA ANDRADE LIMA Superintendente Geral